



**TERMO DE CONTRATO Nº 019/2025 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO/PE E A
EMPRESA MARIA HUANNA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS,
EM DECORRÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 007/2025.**

Os **CONTRATANTES**, nos termos do Processo nº 038/2025, inclusive aprovados através de Parecer Jurídico da Douta Procuradoria deste município, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **11.285.954/0001-04**, com sede na Rua Vidal de Negreiros, 43, no Centro, Bom Conselho, Pernambuco, CEP 55.330-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **EDÉZIO FERREIRA DOS SANTOS FILHO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6175: [REDACTED]

CONTRATADA: A empresa **MARIA HUANNA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS**, inscrita no CNPJ nº **04.298.829/0001-5**, com sede na Rua Tiradentes, nº 35, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representada pelo Sr. **Leonidas Pereira de Oliveira Neto**, inscrito no CPF nº [REDACTED] com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Por meio deste instrumento particular, as partes acima qualificadas, doravante denominadas, respectivamente, de **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** celebram Contrato para apresentação artística, que se regerá pelas cláusulas adiante elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de apresentação artística da **BANDA TRIO DA HUANNA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, nos termos do art. 74, II da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. Objeto da contratação:
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. A Proposta do contratado;
 - 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3. a apresentação artística em um evento promovido pelo Município de Bom Conselho, no período de Carnaval, entre 01 e 04 de março de 2025, com pelo menos 90 (noventa) minutos de duração, conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5. O valor total da contratação é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- 5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

OK





CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA

6.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA

6.3. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas

6.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada (abaixo descrita), ou por outro meio previsto na legislação vigente.

BANCO: INTER

AGÊNCIA: 0001

CONTA CORRENTE: 16953692-0

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, juntada aos autos do processo em epígrafe.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE. São obrigações do Contratante:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas: Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e





utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Prestar os serviços com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que: der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;





- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.1.1. ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido.
- 11.1.2. MULTA: pelo atraso no início da Apresentação, quando não justificado ou rejeitado pela Secretaria Municipal contratante, em relação ao cumprimento dos horários estipulados para as Apresentações: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por hora de atraso, calculado sobre o valor total dos serviços, limitada a 2% (dois por cento) deste. Admitindo-se um atraso não superior à 2 (duas) horas do horário estipulado.
- 11.1.3. SUSPENSÃO E MULTA: a inexecução contratual, parcial ou total, referente ao atraso superior à 5 (cinco) dias, do indicado para a Apresentação Artística, submeterá a Responsável às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado.
- 11.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 11.2. A Administração Pública, para a imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 a 139 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENT

13. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Conselho

Órgão orçamentário: 15000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, LAZER, JUVENTUDE E TURISMO - Prefeitura

Unidade orçamentária: 15003 - DIRETORIAS DE ESPORTES, LAZER, JUVENTUDE E TURISMO

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo Programa: 1503 - TURISMO E LAZER

Ação: 2.932 - PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURISTICAS

Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).





CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17. Fica eleito o Foro da Justiça Bom Conselho, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Bom Conselho/PE, 25 de fevereiro de 2025.

Edézio Ferreira dos Santos Filho

EDÉZIO FERREIRA DOS SANTOS FILHO

PREFEITO.

LEONIDAS PEREIRA DE OLIVEIRA NETO 
MARIA HUANNA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

Documento assinado digitalmente

LEONIDAS PEREIRA DE OLIVEIRA NETO

Data: 26/02/2025 19:48:11-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF N.º:

NOME:

CPF N.º:

Maria José de Souza Rocha

Maria José de Souza Rocha

Secretária Municipal de Educação, Cultura,

Esporte, Lazer, Juventude e Turismo

Port.: nº 002/2025





PREFEITURA DE
BOM CONSELHO
Construindo uma nova história



www.bomconselho.pe.gov.br

COMISSÃO P. DE LICITAÇÃO

Fls. 81

Bom Conselho / PE

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÕES



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/51-20250911.1104219.pdf>
assinado por: idUser 452

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano CII • Nº 41

Poder Executivo

Recife, 28 de fevereiro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO

EXTRATOS DE CONTRATOS

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO, ONDE SE LÊ EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2025- A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO-PE, torna-se público o extrato de contrato da empresa: MEGALOC SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.116.432/0001-51. Objeto: Contrato para serviços de locação de veículos com condutor e combustível fornecidos pela contratada em caráter emergencial, visando atender as necessidades da secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública do Município de Bom Conselho- PE. Valor global R\$ 4.034.118,60 (Quatro milhões, trinta e quatro mil, cento e dezoito reais e sessenta centavos). Data: 17/01/2025. Edézio Ferreira dos Santos Filho- Prefeito.

LEIA-SE: EXTRATO DE CONTRATOS: CONTRATO Nº 007/2025. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE, torna público o extrato de contrato da empresa: MEGALOC SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.116.432/0001-51. Objeto: Contrato para serviços de locação de veículos com condutor e combustível fornecidos pela contratada em caráter emergencial, visando atender as necessidades da secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública do Município de Bom Conselho-PE. Valor global R\$ 39.417,40 (Trinta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos). Data: 17.01/2025. **CONTRATO Nº 016/2025, A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE,** torna público o extrato de contrato da empresa: MEGALOC SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.116.432/0001-51. Objeto: Contrato para serviços de locação de veículos com condutor e combustível fornecidos pela contratada em caráter emergencial, visando atender as necessidades da secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública do Município de Bom Conselho-PE. Valor global R\$ 1.043.922,61 (Um milhão, quarenta e três mil, noventa e seis reais e sessenta e um centavos). Data: 17/01/2025. A PREFEITURA

MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE, torna público o extrato de contrato da empresa: MEGALOC SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.116.432/0001-51. Objeto: Contrato para serviços de locação de veículos com condutor e combustível fornecidos pela contratada em caráter emergencial, visando atender as necessidades da secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública do Município de Bom Conselho- PE. Valor global de R\$ 621.615,89 (Seiscentos e vinte e um mil e seiscentos e quinze reais e oitenta e nove centavos). Data: 17/01/2025. **CONTRATO Nº 018/2025. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE,** torna público o extrato de contrato da empresa: MEGALOC SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.116.432/0001-51. Objeto: Contrato para serviços de locação de veículos com condutor e combustível fornecidos pela contratada em caráter emergencial, visando atender as necessidades da secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública do Município de Bom Conselho-PE. Valor global R\$ 1.040.321,67 (Um milhão, quarenta mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e sete centavos). Data: 17/01/2025. Edézio Ferreira dos Santos Filho- Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2025. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE, torna público o extrato de contrato da empresa: MARIA HUANNA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, inscrita no CNPJ sob o nº 04.298.829/0001-56. Objeto: Contratação de apresentação artística da Banda Trio da Huanna, alusiva ao Carnaval da Rainha 2025 do Município de Bom Conselho- PE. Valor global R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). Data: 25/02/2025. Edézio Ferreira dos Santos Filho- Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2025. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE, torna público o extrato de contrato da empresa: TN PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.298.107/0001-07. Objeto: INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025 Contratação de apresentação artística da Banda Forró do Muldo, alusiva ao Carnaval da Rainha 2025 do Município de Bom Conselho- PE. Valor global R\$ 150.000,00 (Cento e sessenta mil reais). Data: 26/02/2025. Edézio Ferreira dos Santos Filho- Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2025. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO/PE, torna público o extrato de contrato da empresa: JOSÉ CARDOSO REIS DE OLIVEIRA NETO, inscrita no CNPJ sob o nº 53.307.046/0001-14, DISPENSA Nº 009/2025. Objeto: Contratação de prestação de serviços de decoração carnavalesca, para o Município de Bom Conselho- PE. Valor global R\$ 58.090,00 (Cinquenta e oito mil e noventa reais). Data: 27/02/2025. Edézio Ferreira dos Santos Filho- Prefeito.

COMISSÃO P. DE LICITAÇÃO

Fls. 82

Bom Conselho / PE



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/51-20250911104219.pdf>
assinado por: idUser 452

CERTIFICADO DIGITALMENT

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 41

Poder Executivo

Recife, 28 de fevereiro de 202



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

COMISSÃO P. DE LICITAÇÃO
Fls. 82

Bom Conselho / PE

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:
<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#!/checar-autenticidade?codigo=E9JAIGE8DC-P30CRIVY7U-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:
E9JAIGE8DC-P30CRIVY7U-P2TH9ZW2VI

